

EX-PASSO DE PEDESTRES: TERRITORIALIDADES NO USO DAS CALÇADAS DO BAIRRO SANTOS REIS – MONTES CLAROS – MG**Suzane Fátima Ribeiro Santos**

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

suzane.su@gmail.com**Cássio Alexandre da Silva**

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

cassio.silva@unimontes.br**Resumo**

Devido às necessidades contemporâneas da sociedade, as calçadas tomaram novos usos, que transpassa o trânsito de pessoas, criando territorialidades específicas. Essa é a realidade enfrentada por muitos bairros do município de Montes Claros – MG já que as calçadas são extensões de comércios e de residências, seja de forma eventual ou permanente. Este estudo teve por objetivo geral compreender as territorialidades urbanas associadas à utilização das calçadas do bairro Santos Reis, e teve por objetivos específicos contextualizar a formação e desenvolvimento do bairro; registrar como ocorre a apropriação das calçadas pelos usuários em diferentes dias e horários da semana e mapear áreas onde ocorrem as territorialidades e por qual perfil populacional. O método utilizado foi de natureza aplicada, baseado em pesquisa exploratória, com procedimento fundamentado em pesquisa bibliográfica/estudo de campo. Apesar de uma realidade em todo o município, o estudo direcionado ao bairro Santos Reis demonstrou que as calçadas - por serem um espaço público - possuem uso praticamente inevitável. Através do mapeamento e resultados apresentados, ficou evidente que a utilização das calçadas permeia para o modo particular e individualista, fugindo de sua função social. Entende-se que a municipalidade deve agir com seu poder de fiscalização e democratizar esse elemento do espaço urbano que é de todos e deve ser utilizado por todos.

Palavras-chave: Calçadas; Territorialidades; Urbanismo; Mapeamento.

EX-PACE OF PEDESTRIAN WALK: TERRITORIALITIES IN THE USE OF THE SANTOS REIS NEIGHBORHOOD SIDEWALKS – MONTES CLAROS - MG**Abstract**

Due to the contemporary needs of society, sidewalks have taken on new uses, which pass through the transit of people, creating specific territorialities. This is the reality faced by many neighborhoods in the municipality of Montes Claros - MG since the sidewalks are extensions of shops and residences, either occasionally or permanently. The general objective of this study was to understand the urban territorialities associated with the use of sidewalks in the Santos Reis neighborhood, and its specific objectives were to contextualize the formation and development of the neighborhood; register how the use of sidewalks by users occurs on different days and times of the week and map areas where territorialities occur and by which population profile. The method used was of an applied nature, based on exploratory research, with a procedure based on bibliographic research/field study. Despite a reality throughout the municipality, the study directed to the Santos Reis neighborhood showed that the sidewalks - as they are a public space - have practically inevitable use. Through the mapping and results presented, it was evident that the use of sidewalks permeates the particular and individualistic way, escaping from its social function. It is understood that the municipality must act with its power of inspection and democratize this element of urban space that belongs to everyone and must be used by all.

Keywords: Sidewalk; Territorialities; Urbanism; Mapping.

EX-RUTA DE PEATONES: TERRITORIALIDADES EN EL USO DE ACERAS EN BAIRRO SANTOS REIS - MONTES CLAROS - MG

Resumen

Debido a las necesidades contemporáneas de la sociedad, las aceras han tomado nuevos usos, que pasan por el tránsito de personas, creando territorialidades específicas. Esa es la realidad que enfrentan muchos barrios del municipio de Montes Claros - MG, ya que las aceras son extensiones de comercios y residencias, ya sea ocasional o permanentemente. Este estudio tuvo como objetivo general comprender las territorialidades urbanas asociadas al uso de las aceras en el barrio Santos Reis, y sus objetivos específicos fueron contextualizar la formación y desarrollo del barrio; registrar cómo se produce el uso de las aceras por parte de los usuarios en los diferentes días y horarios de la semana y mapear áreas donde se dan las territorialidades y por qué perfil poblacional. El método utilizado fue de carácter aplicado, basado en la investigación exploratoria, con un procedimiento basado en la investigación bibliográfica/estudio de campo. A pesar de una realidad en todo el municipio, el estudio dirigido al barrio Santos Reis mostró que las aceras - por ser un espacio público - tienen un uso prácticamente ineludible. A través del mapeo y resultados presentados, se evidenció que el uso de las aceras permea el modo particular e individualista, escapando de su función social. Se entiende que el municipio debe actuar con su potestad de inspección y democratizar este elemento del espacio urbano que es de todos y debe ser utilizado por todos.

Palabras clave: Pavimento; Territorialidades; Urbanismo; Cartografía.

Introdução

As calçadas, inseridas nas cidades, são áreas que ligam o espaço privado ao espaço público e foram instituídas para o caminhar do pedestre. Santos *et al* (2017, p.7) afirmam que as calçadas são “veias abertas por onde pulsa a vida de uma cidade. Atendem a todos, sem qualquer distinção, democraticamente”. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) apontam que no Brasil cerca de 30% das viagens cotidianas são realizadas a pé devido, sobretudo, ao alto custo do transporte público. Já a Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP (2015) amplia esse percentual de deslocamentos diários da população brasileira para 36%.

Segundo a cartilha Mobilize Brasil (2012, p. 4) há “quem diga que as calçadas são melhor indicador de desenvolvimento humano que o próprio IDH”. Elas são feitas para pessoas e utilizadas por todos os tipos de públicos – crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiências físicas – devendo ser acessíveis, lineares e sinalizadas. Porém, acessibilidade nesse elemento é o que pouco se vê no Brasil. Segundo Santos *et al* (2017) apenas 5,8% das calçadas de moradias com infraestrutura básica (abastecimento de água, rede geral de esgoto e coleta de lixo) possuem rampas e sinalização voltada para pessoas com necessidades físicas.

Paralelo a isso, diante de sua proximidade entre os dois usos, esse elemento urbanístico vem modificando sua utilidade na sociedade contemporânea. Independente da

escala, sempre existe uma disputa de interesses que são ajustadas conforme as necessidades de determinados grupos e do território ocupado por eles (CASTRO, 2005). Para Roux (2004) nenhum uso do espaço é ultrapassado, se ele corresponder a um projeto harmonioso para uma comunidade. Mas não é o que ocorre quando se pensa na territorialização dos calçamentos públicos. A necessidade de produção de espaço e do fazer econômico evidencia o interesse particular de determinados grupos e apresenta, na prática, a transformação da calçada em uma extensão do espaço físico do comerciante; no espaço total “construído” do ambulante e na ampliação residencial dos moradores, constituindo um caráter absolutamente particular e individualista. Sendo assim, as calçadas se funcionalizam cotidianamente, de acordo com os usos e apropriações dados pelos seus usuários.

O bairro Santos Reis encontra-se inserido na região norte da cidade de Montes Claros e teve seu desenvolvimento urbano iniciado entre as décadas de 1950 e 1960. Trata-se de um bairro que possui poucos vazios urbanos e grande concentração de transeuntes e comércios que funcionam em todos os horários do dia. Assim como grande parte do município de Montes Claros, o bairro possui problemas na estruturação das calçadas, tanto na qualidade - já que grande parte está danificada ou não atende aos critérios de universalização - como nos aspectos ligados às territorialidades urbanas dos usuários, que vão da órbita temporal à fixa, impedindo o trânsito dos pedestres e a função social da mesma, já que passam a maior parte do tempo ocupadas por veículos, móveis, manequins e entulhos, por exemplo.

Sob uma ótica Geográfica e Urbanística, esse estudo busca compreender as territorialidades urbanas associadas à utilização das calçadas do bairro Santos Reis, no município de Montes Claros – MG, observando os grupos que se apropriam cotidianamente das ruas e calçadas, projetando territorialidades específicas, que podem ser conflituosas ou não, permanentes ou efêmeras e que visam atender interesses particulares e individuais criando um novo fazer para as calçadas, mesmo perpassando a legislação existente e o direito de utilização por todos. Além disso objetiva contextualizar a formação e desenvolvimento do bairro Santos Reis; registrar e analisar como ocorre a apropriação das calçadas pelos usuários em diferentes dias e horários da semana e mapear áreas onde ocorrem as territorialidades e por qual perfil populacional.

O método utilizado foi de natureza aplicada, baseado em pesquisa exploratória, com procedimento fundamentado em pesquisa bibliográfica/estudo de campo que resultou na elaboração de um mapeamento da região em estudo que buscou coletar informações que

podem ser analisadas por qualquer pessoa que se utiliza do espaço em estudo. Os critérios avaliados no mapeamento levaram em consideração a função social das calçadas e a universalização das mesmas, destacando-se pontos que fazem referência à territorialidades como: obstáculos fixos, destacando-se degraus e rampas que atendem unicamente a um grupo de usuários/moradores; obstáculos temporários, como mesas e mobiliários que se “fixam” nos espaços durante grande parte do dia e as invasões permanentes de residências que estendem o terreno de suas residências nos espaços destinados às calçadas, reduzindo-as significativamente.

Apesar de uma realidade em todo o município, o estudo direcionado ao bairro Santos Reis contribuirá para demonstrar que a calçada é um espaço público e que seu uso é praticamente inevitável. As territorialidades apresentadas no bairro denotam aspectos de sociabilidade entre os moradores e transeuntes, porém, devido a necessidade de utilização de todos, entende-se que a democratização desse espaço urbano é importante haja vista que é de todos e deve ser utilizado por todos.

Calçadas e territorialidades: o uso urb’hum’ano do espaço

Calçadas e ruas são elementos, dentre outros, da paisagem urbana que cotidianamente estão presentes na dinâmica da sociedade e que para Schützer (2011) constituem o ambiente urbano. Para o mesmo autor, uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações: nos bairros ricos são desertas, nos bairros das classes mais baixas se movimentam por crianças, jovens e vizinhança que transitam nos horários escolares, se conhecem e se cooperam.

Yázigi (2000, p.31) define as calçadas como “o espaço existente entre o lote do quarteirão e o meio fio, superfície usualmente situada acerca de 17 centímetros acima do leito carroçável das vias urbanas”. Para Santos *et al* (2017, p.8) as calçadas “são bens de uso comum e seu cuidado deve ser compartilhado entre todos”. Lynch (1960) se refere a esses elementos como vias, onde a cidade se organiza, se relaciona e caracteriza-os como sendo (p.58) “canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente”, afirmativa complementada por Serafim (2010) quando cita que independente da definição, as calçadas fazem parte da cidade democrática onde todos podem (ou deveriam poder) transitar livremente.

Santos *et al* (2017), em seus estudos, defendem oito princípios para a elaboração de calçamentos que atendam as pessoas de forma universal, levando em consideração as calçadas como espaços urbanos dedicados para a convivência entre pessoas: dimensionamento adequado; acessibilidade universal; conexões seguras; sinalização coerente; espaço atraente; segurança permanente; superfície qualificada e drenagem eficiente. Para os mesmos autores (p.15) “ruas com mais vitalidade promovem sensação de segurança, beneficiam os comércios locais e aumentam a qualidade de vida e sentimento de valorização cidadã”, argumento ratificado por Yázigi (2000) quando cita que as calçadas dão vida à cidade.

Nas últimas décadas, percebe-se que as calçadas tomaram uma nova forma de uso. Yázigi (2000) aponta que ruas e calçadas tornaram-se espaços concorridos pois as pessoas podem trabalhar, fazer compras, tomar sol ou simplesmente passar o tempo. E, de fato, percebe-se a apropriação desses espaços cotidianamente: os bares criando uma extensão do seu espaço com a ocupação de mesas; os supermercados com os carrinhos de feira; os ambulantes com suas banquinhas e produtos à venda; as oficinas com bicicletas para conserto; os moto-taxistas com seus veículos aguardando corridas; os próprios moradores que edificam nas calçadas, facilitando (unicamente) a sua acessibilidade.

Por isso, a afirmação feita por Schützer (2011) é coerente já que, segundo o autor, (p.13) “as ruas e calçadas se transformaram, por excelência, em lugar de consumo.” E toda a concorrência por esses espaços acabam tornando, segundo a ótica de Yágizi (2000, p.156), “densos que o caminhar livremente e em linha reta se tornou impossível”. Para Zattar (2008) esse fenômeno gera o “invasionismo” que é baseado pelas relações comerciais e domésticas, fazendo das calçadas uma extensão do lar ou comércio, interditando a passagem dos usuários (pedestres). Cullen (2009) reforça essa afirmativa quando menciona que essas situações apontam que as pessoas se apropriam do exterior para fins sociais e comerciais.

Os calçamentos tomaram outro uso com a evolução das cidades. Jacobs *apud* Schützer (2011, p.12) destaca que “as ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos, e as calçadas - parte das ruas que cabem aos pedestres - servem a muitos fins além de abrigar pedestres”. Essa dinâmica espacial também é apontada por Saquet (2009, p.74) quando o autor cita que “o espaço está no tempo e o tempo está no espaço” e as relações de espaço-território coexistem através das relações sociais. Dessa forma, o espaço é uma realidade relacional, sendo produzido pelas ações dos homens sobre o próprio espaço, que

aparece como paisagem artificial. Por isso, o território é resultado das territorialidades efetivadas pelos homens num sistema que o autor denomina de sociedade-espaço-tempo.

Para Santos (1991, p.88) “não há produção que não seja produção do espaço e não há produção do espaço que se dê sem trabalho”. O autor segue o seu pensamento mencionando que (p.88) “viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo da vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço”. E concluiu esse pensamento afirmando que a geografia estuda a ação do homem. Lima (2013, p.26) destaca que a produção do espaço urbano se refere também “à produção de territórios organizados em função de um domínio público e de um domínio privado” que são justificados por “causas econômicas, sociais, políticas, culturais, identitárias e simbólicas, mas também de acessibilidade” que configuram o território.

Apesar de diversos estudos visando a diferenciação entre território e espaço, Saquet (2009, p.83) enfatiza que é preciso “reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro” e ressalta que a territorialização (p.83) “é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional” sendo multidimensional e detalhado através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitário, através das identidades. A territorialidade “corresponde às ações humanas, ou seja, à tentativa de um indivíduo ou grupo para controlar, influenciar ou afetar objetos, pessoas e relações numa área delimitada” (SAQUET, 2009, p.86).

Fernandes (2009) aponta que nas múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. Para o autor (p.202) “a dimensão une espaço e relação construídos pelas ações e intencionalidades”. Saquet (2009) completa citando que a territorialidade pode ser compreendida como (p.87) “mediação simbólica, cognitiva, prática, que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais”. Sendo assim, nas territorialidades existem continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço, extrapolando as relações políticas, envolvendo relações econômicas e culturais, individuais, grupais, de redes e lugares de controle, mesmo temporários, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações.

Nesse sentido, Santos (1982) aponta que (p. 88) “toda produção humana é produção de espaço e a mesma não acontece sem o trabalho”. Além disso, complementa afirmando que (p.88) “o homem não vive sem trabalho e, para realizá-lo, utiliza-se dos aparelhos de infraestrutura disponíveis, dentre eles as ruas e as calçadas.” Para o mesmo autor

(1994), o território é sinônimo de espaço humano, espaço habitado, podendo ser formado (p.16) “de lugares contíguos e lugares em rede”.

Passando para o âmbito antropológico das cidades, Agier (2011) pensa as relações urbanas sobre uma dupla de cidadãos entre si e a deles com a cidade como contexto social e espacial. Magnani (2016) aponta que as populações indígenas eram foco de interesse e pesquisa dos antropólogos. Porém, foi com os estudos da Escola de Chicago, em 1920 e da Escola de Manchester nos anos 1950, que se ampliou o interesse para questões voltadas à urbanização e, no Brasil, esse estudo foi difundido por Lévi-Strauss que tinha como terminologia a “ciência do concreto”, onde o espaço possui (p.179) “seus próprios valores, assim como os sons e os perfumes têm cores e sentimentos, um peso” e se molda por atores sociais que configuram diariamente o espaço urbanizado através de suas interações. Frúgoli Jr. (2005) destaca que a Escola de Chicago foi a referência maior para os estudos antropológicos urbanos no Brasil e, segundo o autor, tomava a cidade como um “laboratório privilegiado da análise da mudança social”, evidenciando que nas cidades (p.136) “o contato cotidiano entre estranhos nos espaços públicos são marcados pela combinação entre proximidade física e distância social” reiterando as polaridades existentes por grupos sociais nos espaços urbanizados.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT com vistas a regulamentar o acesso às edificações, espaços, equipamentos e mobiliários elaborou em 2015 a NBR9050 que estabelece acessibilidade às pessoas com deficiências/dificuldades de locomoção para a produção do espaço urbano. A NBR9050/2015 e o Código de Trânsito Brasileiro (1998) definem calçada como parte da via não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins. Elas devem ser lineares, possuírem largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), serem dotadas de rampas de acesso, sinalização tátil direcional e de alerta, indicando a presença de obstáculos, alterações de direção ou do nível do piso.

Já a Lei Municipal nº 3.745/2007 que dispõe sobre a construção e manutenção das calçadas do município de Montes Claros, enfatiza em seu art.1º que as calçadas que integram o sistema viário devem ser reservadas prioritariamente aos pedestres. Contudo, percebe-se na região em estudo a utilização demasiada para outros fins das calçadas pelos seus moradores/comerciantes. Serafim (2010) relata que nos centros urbanos os espaços encontram-se cada vez mais reduzidos e disputados. As calçadas são um espaço originalmente de uso público, mas mantém controvérsias quando se determinam

responsabilidades de uso privado. Santos *et al* (2017, p.7) reforça que “como na maior parte dos casos a responsabilidade sobre os passeios fica a cargo dos proprietários dos imóveis, as decisões nem sempre refletem os anseios da coletividade”, retrato da desorganização do espaço urbano pelo poder público que, associada à falta de fiscalização, se exime da construção da cidade em si.

Dessa forma, muitas pessoas integram as calçadas como sendo espaço particular e dela se territorializa, realizando intervenções que fogem ao previsto em legislação e que atende unicamente às suas necessidades. Nesse sentido, Castro (2005) reforça essa materialização e disputa entre grupos com vistas a (p. 41) “organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses”. A mesma autora, em seu estudo, realiza uma análise dos estados absolutista e nacionalista de Maquiavel e Raztel, respectivamente, e conclui que os estudos da geografia, sobretudo física, devem retomar a dois atores: o Estado, enquanto ator institucional, e os atores sociais, personagens que realizam as modificações no espaço utilizado pelo homem, ratificando os pensamentos tratados por Agier (2011), Magnani (2016), Santos *et al* (2017), Saquet (2009), Schützer (2011) e Santos (1991) nesse estudo, que compreendem o espaço como móvel no tempo e construído pelo ordenamento e critérios estabelecidos por seus moradores de acordo com suas necessidades.

Materiais e métodos

Como este trabalho visa um estudo científico quanto às territorialidades no uso das calçadas do bairro Santos Reis - Montes Claros – MG, o mesmo possui natureza de pesquisa aplicada já que envolve verdades e interesses locais. Foi desenvolvido através do método de pesquisa de campo e pesquisa exploratória que tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p.41). Para o autor, esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, abordagem às pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão do mesmo.

Em relação aos procedimentos técnicos, este trabalho teve delineamento através de pesquisa bibliográfica (p.44) “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” e de pesquisa de campo que (p.53) “estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social”, através de observação direta das atividades e entrevistas com informantes e utiliza mais técnicas de observação do

que de interrogação além de conjugada com procedimentos como análise de documentos, filmagem e fotografias.

O trabalho foi estruturado e desenvolvido em três partes: (i) análise da literatura pertinente para a seleção de indicadores a serem usados na avaliação da paisagem urbana, considerando estudos elaborados entre os anos de 2000 a 2019 e em que foram extraídas informações de caráter científico; (ii) definição por um instrumento de pesquisa, sendo esse definido como análise visual e fotográfica, realizada em turnos distintos no bairro, avaliando a utilização das calçadas pelos moradores/comerciantes e (iii) análise dos resultados associando o instrumento de pesquisa a literatura pesquisada, bem como a análise crítica, apresentando algumas recomendações.

O levantamento de dados foi realizado no bairro Santos Reis, localizado na região norte do município de Montes Claros. Foram analisadas 15 ruas do bairro no dia 08 de janeiro de 2020. A região foi selecionada devido à grande movimentação de pedestres e de comércios em todos os turnos do dia. O mapeamento foi realizado nos três períodos do dia – matutino (entre 8:30 e 10:00); vespertino (entre 14:30 e 16:00) e noturno (entre 19:30 e 21:00) e foram analisados: aspectos referentes a irregularidades no piso; largura mínima de 1,20m – conforme NBR9050/2015; presença de obstáculos fixos como degraus que dificultam a circulação; outros obstáculos temporários (entulhos, mesas de bares, veículos, manequins etc); invasões de residências nos espaços inicialmente destinados às calçadas; trechos onde as calçadas são inexistentes e calçadas que possuem estrutura e sinalização compatíveis com a normatização vigente.

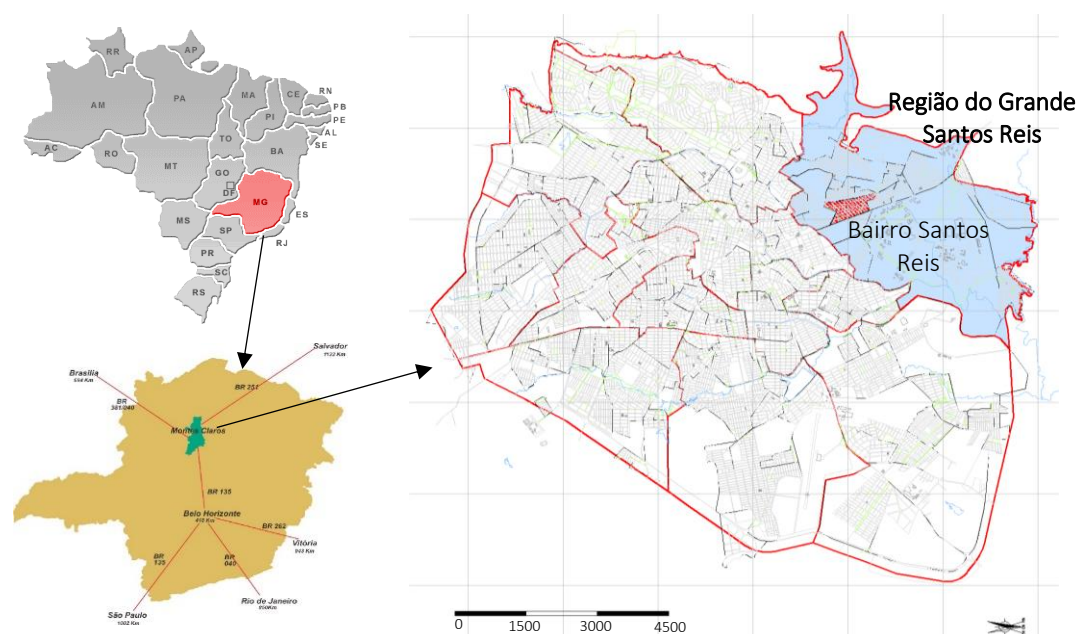
O levantamento procurou coletar informações observáveis por qualquer pessoa que utilize o ambiente urbano e os mapas foram elaborados a partir de imagens de satélite coletadas através do Google Maps. A região foi desenhada no AutoCAD 2017 e, após a verificação das informações na pesquisa *in loco*, os resultados foram transferidos para o *software* CorelDraw X8, onde desenhou-se os mapas e inseriu-se no estudo.

Análise e discussão: Santos Reis do “legal” ao ilegal

Santos Reis é um bairro localizado na região norte do município de Montes Claros. Trata-se de um dos bairros mais antigos da cidade e sua criação data da década de 1930, segundo Andrade (2013). A região era um local de descanso para os boiadeiros e tropeiros que vendiam e trocavam mercadorias e vinham de regiões próximas (VELOSO, 2002). Ruas

& Reis (2015) destacam que o bairro apresenta características bem peculiares e seu nascimento tem base originada na religiosidade, contando atualmente com estrutura urbanística consolidada, constituída por poucos vazios urbanos e alta densidade populacional.

Figura 01. Localização do bairro Santos Reis, nos polos regionais da cidade de Montes Claros - MG



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Atualmente, a zona de planejamento do bairro Santos Reis conta população estimada de 30 mil moradores (Leite & Melo, 2017) e integra a região do Polo Regional I do município (Figura 1) juntamente com os bairros Vila Antônio Narciso, Todos os Santos II, Vila Áurea I e II, Vila São Francisco de Assis, Nossa Senhora Aparecida, Jardim Brasil, Bela Paisagem, Bela Vista, Vila Atlântida, Nova Morada, Santa Eugênia, Vila Alice e Jardim Eldorado.

Devido a ser um dos primeiros bairros do município, o mesmo sofreu diversas modificações durante os anos que se seguiram, e de acordo com Ruas & Reis (2015, p.1), “As primeiras casas que se tem notícia, por exemplo, na sua maioria, foram demolidas. Há uma e outra que mostra a arquitetura e as práticas sociais dos moradores do Bairro no seu início”. O bairro conta com estrutura de comércio solidificada, além de serviços nas áreas de saúde, educação e lazer. Por esse último item, é evidente que os bares e lanchonetes vivem lotados sistematicamente, pois a cultura do lugar assim os permite.

Acerca do objeto de estudo, as calçadas inferem-se que como o bairro encontra-se localizado em uma área de relevo acidentado e muitas são as adaptações para acesso às edificações, como escadas e rampas. A Figura 2, demonstra os pontos críticos para trânsito de pedestres devido aos obstáculos fixos.

Além disso, a Figura 02 também apresenta as larguras das calçadas em estudo, conforme as especificações da NBR9050/2015. Nenhuma das calçadas segue o modelo ideal, dividido em três partes: faixa de serviço, faixa livre e faixa de transição.

Figura 02. Largura das calçadas do bairro Santos Reis e pontos críticos de locomoção



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Mas, tratando-se da largura mínima de 1,20m para a faixa livre percebe-se, através do mapeamento, que boa parte das calçadas possui largura maior ou igual a estabelecida em norma, mas também é grande o número de calçadas com largura inferior a 0,69m. Nesses locais torna-se inacessível o trânsito de pedestres pois muitas das calçadas estão ocupadas por mobiliários urbanos, como postes, placas e árvores, por exemplo (Figura 03).

Figuras 03, 04. Calçadas intransitáveis devido a ocupação por mobiliário e obstáculos fixos



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Possuir largura mínima não é critério de trânsito para os pedestres. Nas Figuras 04 e 05, fica evidente os obstáculos fixos criados pelos moradores, destacando-se rampas e degraus para acesso as edificações. Em algumas situações os passeios não estão no nível da rua, atendendo exclusivamente aos interesses dos usuários dos imóveis (Figura 06).

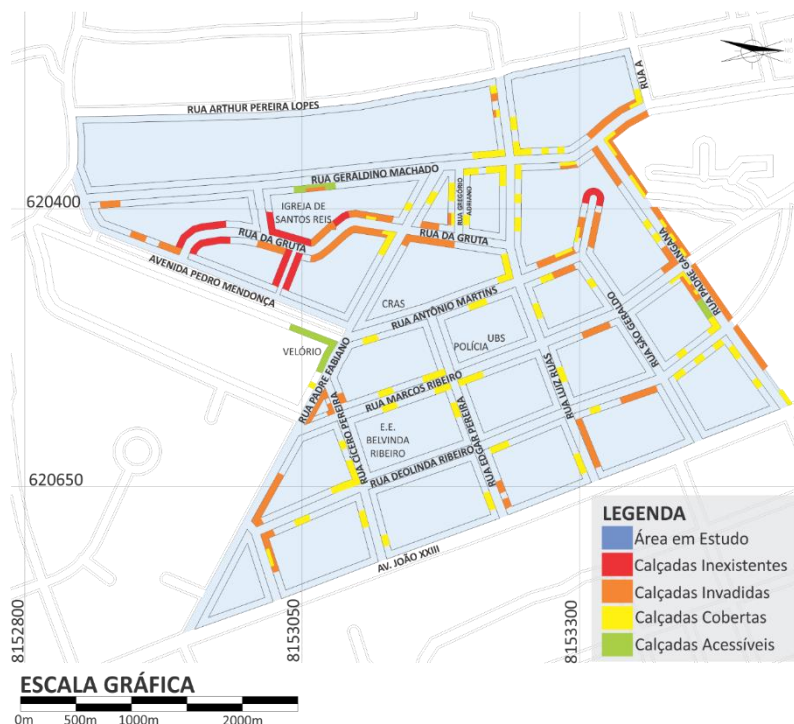
Figuras 05, 06. Acessibilidade das calçadas do Bairro Santos Reis



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Tais situações demonstram os itens abordados por Santos *et al* (2017), Serafim (2010) e Castro (2005) quando mencionam o interesse particular e as disputas de poder que geram a territorialização do espaço. Para Santos (1991) esse fenômeno é sinônimo de espaço habitado e para Saquet (2009) trata-se de relações sociais que culminam em desigualdades, mas trazem identidade ao grupo que dali se utiliza. Fato é que duas situações se comprovam através das observações realizadas: torna-se impossível o trajeto em linha reta, conforme afirmou Yágizi (2000) e fica evidente o “invasionismo” tratado por Zattar (2008) em seus estudos.

Figura 07. Situações irregulares das calçadas na área em estudo



Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

O invasionismo também é retratado na Figura 07, onde apurou-se características que entram em contradição com as legislações existentes. Percebe-se que, dentro da área de estudo, existem algumas vias que não possuem calçadas (Figura 08) e isso pode-se decorrer de invasões realizadas pelos moradores. Também é marcante o número de invasões de residências aos calçamentos e do número excessivo de áreas cobertas pelos usuários. Muitos trechos reduzem drasticamente de tamanho devido às invasões ocorridas. Em alguns quarteirões é impossível o tráfego pelas calçadas (Figura 09).

Figuras 08, 09, 10. Vias sem calçadas, calçadas invadidas por edificações e calçada acessível



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Através do mapeamento realizado e das considerações resgatadas dos autores pesquisados, foi possível compreender que as territorialidades são móveis no tempo e no espaço e induz as dinâmicas sociais que conflituam entre o “legal” de ter diversos serviços próximos as residências e realizar mudanças conforme conveniência individual e o “ilegal” quanto ao descumprimento de regras e leis impostas para a convivência em sociedade.

Figuras 12, 13, 14 - Calçadas obstruídas por mesas, carrinhos de feiras e mato e entulho.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Os estudos de antropologia urbana, apresentados através das falas de Agier (2011), Magnani (2016) e Frúgoli Jr. (2005), ressaltam a importância de estruturar o espaço urbano conforme a cultura da população que irá utilizá-lo e vivenciar a dinâmica do espaço desses atores.

Considerações finais

As definições apresentadas caracterizaram um elemento importante e muitas vezes esquecido no desenho urbano: as calçadas. Muito mais que as definir, foi possível compreender a dimensão que esse espaço tomou na sociedade contemporânea. Saindo do uso exclusivo de circulação de pedestres, as calçadas perderam a sua função principal de circulação de pessoas. Agora elas são palco de atividades comerciais, extensões de espaços físicos e, em determinadas situações, moradias de pessoas.

É evidente a valorização do espaço público urbano tanto para a área da Arquitetura e Urbanismo quanto da Geografia, haja vista que os usos de um mesmo espaço/território

coexistem através da prática cotidiana estabelecida no modelo de cidade contemporânea por seus moradores. Por isso, realizou-se a investigação de literaturas que discorrem acerca dos conceitos de território, territorialidade e espaço de modo a compreender como as disputadas de poder estão arraigadas a esses conceitos. Mesmo existindo legislações que se debruçam na conservação e utilização das calçadas, seja em âmbito municipal ou federal, percebe-se que as relações sociais se sobressaem já que pequenos grupos detém o poder temporário ou definitivo de determinadas partes das calçadas.

Buscou-se realizar a análise das principais territorialidades desenvolvidas nas calçadas da área em estudo, observando a formação e/ou dissolução de grupos, as relações de poder, os conflitos, as soluções encontradas pelos usuários e a identidade constituída no bairro.

O mapeamento realizado, os registros fotográficos apresentados e a observação direta, demonstraram que o bairro Santos Reis possui um forte laço social, com público intenso nas ruas durante todos os períodos do dia. Muitas calçadas existentes são utilizadas exclusivamente para comércio e os aspectos relacionados à acessibilidade são ignorados já que não existe fluidez no desenho das mesmas. Além disso, algumas nem possuem tamanhos compatíveis para a circulação de pedestres e, quando possuem, estão obstruídas por entulho e/ou mato. Dessa forma, não é raro ver pessoas circulando no espaço dos veículos, já que não é possível realizar tal atividade nos calçamentos.

As observações feitas representam, indiretamente, a realidade de todo o município de Montes Claros que convive com calçadas danificadas, fora dos padrões de acessibilidade - realidade das cidades contemporâneas - que tem em suas calçadas espaços de comércio, serviço e até moradia de pessoas. A cidade convive com disputas de poder causadas por territorialidade de seus usuários, já que o ato de se locomover perde espaço para extensões de atividades comerciais que gerando, indiretamente, o convívio social e o uso econômico dos referidos espaços, mas inabilitando o espaço ao seu uso primordial.

Por isso, faz-se necessária a compreensão da territorialização dos calçamentos públicos, e entende-se que o fator econômico e social se reúne como justificativa para a maior parte das ocupações desses espaços, já que muitas atividades realizadas são para fins de sustento e sociabilidade. Esses rearranjos urbanísticos modificam a dinâmica das cidades e as estruturam dentro de um contexto histórico. Também vale ressaltar que o poder público dita leis mas não as fiscaliza e isso gera, entre grupos, as disputas de poder por esses territórios. É preciso compreender que a função primária da calçada está sendo esquecida e

também deve ser priorizada, haja vista que se trata de um bem público que é de todos e deve ser utilizado por todos. A calçada é território do pedestre e por ele também deve ser apropriada.

Referências

AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ANDRADE, D. R. **Origem do bairro Santos Reis**: entre a fé do folião e o relato das tropas. In: Festa de Santos Reis: 80 anos de manifestações alegres e simples da fé. Montes Claros: Unimontes, 2013.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro. 2015a.

Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP. **Sistema de Informações da Mobilidade Urbana**: Relatório Geral 2013. São Paulo, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. **Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume IV, Sinalização Horizontal**. Brasília, 2007.

CASTRO, I. E. **Relações entre território e conflito**: o campo da geografia política. In: CASTRO, I. E. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. (p.39-94). Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Almeidina, 2009.

DIAS, J. C.; SILVA, S. M. B.; PEREIRA, A. J. **Um estudo sobre as calçadas do bairro São João em Araguaína – TO**. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v.(4), n.11, p.45-61, 2012.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (organizadores). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. (p.197-215). São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

FRÚGOLI JR, H. **O urbano em questão na antropologia**. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, v.48, nº1, p.133-165, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009**. Rio de Janeiro. Recuperado em 8 de janeiro de 2020 de, <http://goo.gl/ncE7u>., 2010.

LEITE, M. E.; MELO, M. A. S. S. **Juventudes e espaço urbano**: uma análise geográfica na cidade de Montes Claros/MG. Caderno de Geografia, v.27, n.48, 2017.

LIMA, J. F. S. **Praças públicas caicoenses**: territorialidades, sociabilidades e identidades. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70 LDA, 1970.

MAGNANI, J. G. C. **Antropologia urbana**: desafios e perspectivas. In. Rev. Antropol. São Paulo: USP Online, v.59 n.3 p.174-203, 2016.

MOBILIZE BRASIL. **Campanha calçadas do Brasil**: relatório final da campanha e estudo realizado pelo Mobilize Brasil, 2013. Recuperado em 8 de dezembro de 2019 de, <http://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/relatorio-calcadas-do-brasil---jan-2013.pdf>.

MONTES CLAROS, **Lei Municipal nº 3.745 de 11 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a construção e manutenção das calçadas do Município de Montes Claros, 2007. Recuperado em 10 de outubro de 2019 de, http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis_pdf/leis-2007/jun-07/lei-3745-07.pdf.

ROUX, M. **O re-encantamento do território** (O território nos rastros da complexidade). In: SILVA, A. A. D.; GALENO, A. Geografia: ciências do complexus: ensaios transdisciplinares. (p.42-66). Porto Alegre: Sulina, 2004.

RUAS, N. A.; REIS, F. L. C. **O bairro Santos Reis**: (re) leituras historiográficas do viver numa área periférica de Montes Claros, Minas Gerais. In. 9º Fórum de ensino, pesquisa, extensão e gestão: 23 a 26 de setembro de 2015. ISSN 1806-549X.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, P.M.; CACCIA, L. S.; SAMIOS, A.A.B.; FERREIRA, L.Z. **8 princípios da calçada**: construindo cidades mais ativas. WRI Brasil: 1ª ed, 2017.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. (p.73-94) São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SCHÜTZER, K. **A percepção do pedestre sobre a qualidade da paisagem urbana**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, 2011.

SERAFIM, M. A. **Estudo e proposição de formas de pavers intertravados para áreas e passeios públicos**. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita: Bauru, 2010.

Ex-passo de pedestres: territorialidades no uso das calçadas do bairro Santos Reis – Montes Claros – MG.
Cássio Alexandre da Silva; Suzane Fátima Ribeiro Santos.

VELOSO, C. M. S. **Outros Modos de Viver:** Pobreza Urbana em Montes Claros. Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

YÁZIGI, E. **O mundo das calçadas:** por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ZATTAR, N. **Calçadas:** espaços públicos e privados. UNEMAT/CÁCERES, 2008. Recuperado em 4 de janeiro de 2020, de http://www.unemat.br/caceres/letras/?link=publi_docente&doc=9%3E.

Submetido em: junho de 2021

Aceito em: fevereiro de 2022